



The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.



EXTENSÃO RURAL: POLISSEMIA E RESISTÊNCIA

ANGELO BRÁS FERNANDES CALLOU;

UFRPE

RECIFE - PE - BRASIL

peixes@elogica.com.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

AGRICULTURA FAMILIAR

EXTENSÃO RURAL: POLISSEMIA E RESISTÊNCIA¹

GRUPO DE PESQUISA: Agricultura Familiar

Introdução

Foi necessário que se passassem vinte e cinco anos para que eu abdicasse da idéia de que os diversos significados atribuídos à Extensão Rural criaram dificuldades de ordem teórica e de ação prática no seu desenrolar em solo brasileiro. A revisão que desenvolvi recentemente nos meus trabalhos e de colegas levou-me a refletir em sentido contrário. Sempre considerei que a “indeterminação” desse campo de desempenho das Ciências Agrárias goza de popularidade entre pesquisadores, profissionais e estudantes, na medida em que todos opinam sobre o assunto e se sentem capazes, de alguma maneira, de “estender” algo a alguém no meio rural. Deixando entrever que, no ramo do

¹ Originalmente este trabalho foi escrito para o Concurso Público de Professor Titular em Extensão Rural e Educação Agrícola da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em novembro de 2005.

extensionismo, tudo é passível de inclusão e de incorporação. Noutras palavras, a Extensão Rural resumida à *cosa nostra*. Terreno de todos e de ninguém. Sobre esse assunto, assim me expressei, em 1983, ao abordar a Extensão Pesqueira:

“...é lugar comum se relacionar as mais diferentes atividades da engenharia de pesca (e fora dela) à Extensão Pesqueira. Se se trabalha em peixamentos de açudes ou viveiros de uma determinada localidade, está se realizando uma atividade de Extensão. Se se der assistência técnica a piscicultores (...) também se está executando um trabalho de Extensão. Quem preenche os projetos de financiamento de barcos ou apetrechos de pesca na SUDEPE ou EMATER, naturalmente está também realizando um serviço de Extensão. E, ainda, as atividades de mobilização popular, educação informal, recuperação de colônias de pescadores e de cooperativas, também dizem respeito à atividade de Extensão.”²

Frente a essas significações atribuídas à Extensão acrescenta-se hoje o desenvolvimento rural sustentável, a gestão da comunicação, as novas ruralidades, a educomunicação, a agroecologia, a economia solidária e, mais recentemente, a incubadora de cooperativas populares. Aspectos que a torna cada vez mais polissêmica. Se, por um lado, como disse em outro lugar, a polissemia da Extensão Rural “deu margem a que muitos profissionais, dentro e fora das Ciências Agrárias, se arvorassem a impor temas ‘pertinentes’ à Extensão Rural, ou mesmo excluí-la do seu papel fundamental nos processos de desenvolvimento do campo”, por outro possibilitou que a atividade se renovasse teoricamente. E ao renovar-se, resistiu no tempo. Defendo aqui essas idéias, pois a Extensão se mantém apesar das diversas crises socioeconômicas e políticas enfrentadas

pelas organizações governamentais e não governamentais que se ocuparam dessa atividade nos quase sessenta anos de sua história oficial no Brasil.

Portanto, é dessa polissemia e resistência que trato neste momento. Afinal, quais são os significados assumidos pela Extensão Rural, e também Pesqueira, enquanto disciplinas oficiais nas Ciências Agrárias? Pontuo esses significados sem perder de vista os principais cenários históricos onde eles foram erigidos. Pretendo, com isso, inferir que o problema do desenvolvimento dos contextos populares rurais através do extensionismo rural e pesqueiro, ontem e hoje, não está no campo da diversidade de significações da Extensão Rural. Mas, sobretudo, nas incipientes interações das suas “zonas vizinhas” de conhecimento (a expressão é de Paul Veyne), de um lado, e, por outro, na posição política que assumem as organizações e técnicos no contato com o meio rural e pesqueiro. Para isso, farei um sobrevôo a alguns aspectos históricos da Extensão Rural e Pesqueira, partindo da *belle époque* como referência ao surgimento, se não da Extensão oficial no Brasil, ao menos, de uma Extensão *avant la lettre*. Como considero que a primeira intervenção estatal no Brasil com feições extensionistas para o desenvolvimento se deu no âmbito da pesca, começo, desse ponto, o meu sobrevôo.

Aspectos da belle époque brasileira: a modernidade ecoa na extensão rural e pesqueira

² CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *Extensão pesqueira como disciplina recente na universidade brasileira*. III Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca, Manaus, 1983. Anais.

A *belle époque* floresceu no final do século XIX a 1914 e consistiu num “estilo de vida” que marcou o dia-a-dia das pessoas e das instituições em várias partes do mundo.³ Mesmo sendo despedaçada pela explosão da I Guerra Mundial, seus fragmentos alcançaram, décadas depois, profissionais e organizações públicas brasileiras, particularmente aquelas que se ocuparam do desenvolvimento dos contextos populares. Pelo menos no que se refere à viga mestra do período: a do desenvolvimento como modernidade.

Como sabemos, Viena e Paris foram os centros principais de disseminação das idéias de progresso social e científico, cujo século XIX era visto como “o mais fértil em descobertas, o mais prodigioso nas ciências”.⁴ No caso Francês, não apenas Paris foi tomada por essas idéias, mas também muitas de suas províncias. Estas, em geral, vistas pelos parisienses como lugares de camponeses rudes e incivilizados. Ou, no máximo, como espaços exóticos, bucólicos, distantes. O rural preservado. O lugar para os curistas e turistas, como se refere Eugene Weber.⁵

É a era do aparecimento da fotografia, do cinematógrafo (1895), do telefone (década de 1870), do rádio (1901), da luz elétrica (1879), do automóvel, do transporte urbano – o ônibus, o metrô (1900); das viagens de trem; da valorização da educação primária, das grandes exposições universais, como a de 1900. É a era dos *flâneurs*, da Paris moderna, urbanizada, transformada por Haussmann (1853-1870): os bulevares, os teatros,

as vitrinas, os cafés, os restaurantes. Período em que o operariado é promovido “da miséria para a precariedade” (a expressão é de Yves Lequin apud Weber).⁶

O Brasil, como muitos outros países, teria também a sua *belle époque*. A *belle époque* tropical, no dizer de Jeffrey D. Needell. As principais reformas urbanas do Rio de Janeiro (1903-1906), que acontecem no governo Rodrigues Alves (1902-1906), vêm pelas mãos do engenheiro Pereira Passos, que estudara e vivera na França em momentos importantes da urbanização parisiense de Haussmann.⁷

O centro do Rio de Janeiro é então rasgado pela Avenida Central, símbolo da modernidade carioca. A capital brasileira “civiliza-se” no seu afrancesamento arquitetônico e na sua urbanização que busca, através de medidas de saneamento básico, desbancar as epidemias e influenciar novos modos de vida e civilização.⁸

E desse cenário “civilizador”, modernizador e antitradicionalista que surge um personagem importante – que demarcaria, a meu ver, o início do que chamaremos, oficialmente, muitas décadas depois, de Extensão Rural e Extensão Pesqueira no Brasil: o

³ KUJAWKI, Gilberto de Mello. *A crise do século XX*. São Paulo : Ática, 1998. Panorama da *belle époque*, p. 7-15.

⁴ Guide Hachette apud WEBER, Eugen. *França fin-de-siècle*. São Paulo : Companhia das Letras, 1989, p. 284.

⁵ WEBER, op. cit., p. 70; 216-217.

⁶ Idem, p. 88.

⁷ NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*. São Paulo : Companhia das Letras, 1993, p. 61 e 64.

⁸ Idem, p. 53-56.

capitão-de-mar-e-guerra, Frederico Villar. Entre 1909 e 1910, Villar percorre a Europa, o Japão e os Estados Unidos para estudar as indústrias da pesca mais desenvolvidas na perspectiva de implantá-las no Brasil.⁹ A industrialização da atividade pesqueira nacional representava uma estratégia importante para a Marinha, na medida em que os pescadores seriam envolvidos no processo. Aspecto do maior interesse dessa instituição, tendo em vista as dificuldades da força naval em preencher seus quadros de praças. Por outro lado, a imensidão da costa e a considerada piscosidade de suas águas era outro argumento forte para o desenvolvimento do setor pesqueiro no país.¹⁰

Com a eclosão da I Guerra Mundial (1914-1918), o projeto de Villar é adiado, reaparecendo em 1919, através da Missão do Cruzador “José Bonifácio”. Agora, numa perspectiva mais ampla em relação àquela visão meramente industrializante da pesca. A Guerra revelara o quanto a costa brasileira estava militarmente desprotegida.

Na sua empreitada pelo litoral (de Belém do Pará ao Rio Grande, no Rio Grande do Sul, entre 1919 a 1924), o Comandante Villar ocupa-se pessoalmente em resolver a questão da segurança da costa, dentro de uma visão nacionalista de progresso e desenvolvimento.¹¹

O que pudemos reter dessa intervenção concreta da Marinha nas comunidades pesqueiras da costa brasileira, é de que ela foi responsável, entre outros aspectos: pela

criação de oitocentas colônias (aproximadamente cem mil pescadores foram matriculados); criou mais de mil escolas primárias, organizou grupos de escoteiros do mar, fundou postos de saneamento, procurou desenvolver a instrução profissional, combater a verminose, a malária e o alcoolismo; procurou fiscalizar a pesca predatória e nacionalizar a atividade pesqueira do país; e procurou, sobretudo, incentivar os pescadores na defesa da costa e os considerou reserva da Marinha de Guerra.¹²

Para atingir esses resultados, os “extensionistas” da Missão utilizam-se das mais variadas estratégias de comunicação: criaram, em 1920, a revista *A Voz do Mar*, de circulação nacional, cujas páginas difundiam novos conhecimentos sobre as artes de pesca; criaram hinos; hastearam bandeira; realizaram palestras e atendimento médico; distribuíram remédios e panfletos informativos; estimularam a reunião de crianças e jovens através do escoteirismo; desenvolveram paradas militares; promoveram jogos de futebol, festas, regatas, *raids*; liberaram a rampa do Cruzador “José Bonifácio” para visitação pública, entre tantas outras estratégias persuasivas de comunicação que, no trato com os pescadores, se distinguiram, sobretudo, pela sua verticalidade. Os pescadores foram vistos como meros objetos da ação. A eles coube seguir as determinações dos oficiais.

⁹ Essas investidas, refletidas no livro *Pelas Indústrias da Pesca no Brasil* (1911), está associada à política do presidente Rodrigues Alves de fortalecer e aparelhar a Armada brasileira com a compra de navios de guerra à Inglaterra. Sobre isto vide CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *A voz do mar: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do cruzador “José Bonifácio”* (1919-1920). Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, 1994, p. 37-74.

¹⁰ CALLOU, op. cit., p. 37-74.

¹¹ As lições tiradas da *belle époque* e da Guerra determinaram o quanto era importante a Missão seguir a campanha da Liga de Defesa Nacional, de 1916, capitaneada por Olavo Bilac, no sentido de “estimular o patriotismo consciente e coesivo; propagar a instrução primária, profissional e cívica; e defender: com disciplina, o trabalho; com a força, a paz; com consciência, a liberdade; e, com o culto do heroísmo, a dignificação da nossa história e a preparação do nosso porvir.” BILAC, Olavo apud CALLOU, op. cit., p. 70-71.

¹² VILLAR, Frederico apud CALLOU, op. cit., p. 7.

Dessa forma concebida pelos oficiais da Armada, a Missão do Cruzador “José Bonifácio” se caracterizaria, a meu ver, como uma atividade extensionista. Portanto, de significado pioneiro no Brasil: uma ação de educação formal, de saneamento da costa, de organização das atividades da pesca e de “educação militar” para o desenvolvimento, progresso e modernidade da pesca e dos pescadores. A despeito dos resultados pretendidos e/ou alcançados pelos oficiais da Armada, o pioneirismo extensionista repercutiu negativamente, do ponto de vista sociopolítico, sobre a vida das comunidades pesqueiras do litoral. As colônias de pescadores, um dos resultados da Campanha, ficaram sob a ingerência da Marinha, décadas a fio, o que levou a inibir os movimentos sociais dos pescadores ao longo do século XX.¹³

Diante dessa primeira intervenção concreta, abrangente, do estado brasileiro para o desenvolvimento das populações litorâneas em bases “extensionistas”, é de se perguntar se Villar tinha conhecimento da experiência americana de Extensão Agrícola, já que havia passado pelos Estados Unidos nos seus estudos sobre pesca entre 1909 e 1910? É possível inferir que sim. Temos conhecimento de que os *Land Grant Colleges* (Escolas Superiores de Agricultura) – criados nos Estados Unidos pela Lei Morrill de 1862 –,¹⁴ se constituíram a base do que viria a ser a Extensão Rural naquele país e no mundo. E, aquela época da viagem de Villar, os *land grant* já desenvolviam atividades de extensão para disseminar novas práticas e conhecimentos agrícolas numa perspectiva de educação informal. Segundo Luiz Gabriel, essas instituições utilizavam, tal como fez a Missão do Cruzador, “vários métodos para transmitir idéias e informações: contatos pessoais, reuniões, conferências, clubes, folhetos, envolvimento de lideranças e das esposas dos agricultores,

trens-escola.”¹⁵ Também trabalhavam na “mobilização dos jovens, procurando agremiá-los em clubes, mais tarde estruturados e definidos com o nome de clubes 4-H (*Head, Heart, Hand, Health*).”¹⁶ A Extensão Rural americana oficializa-se em 1914, através da Lei Smith-Lever que aprova o Trabalho Cooperativo de Extensão Agrícola.¹⁷

Frente às semelhanças “educativas” e comunicacionais de ação da Marinha e àquelas utilizadas pelos *Land Grant Colleges*, é possível que Frederico Villar tivesse obtido algum acesso às atividades extensionistas das instituições americanas, apesar de seus escritos fazerem alusão apenas à *United States Bureau of Fisheries* e à *Division of Fish Culture*.¹⁸ Portanto, no campo específico do setor pesqueiro.

¹³ Sobre isto vide: CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *Movimentos sociais de pescadores em Pernambuco (1920-1982)*. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria, RS - Curso de Mestrado em Extensão Rural, 1986.

¹⁴ Sobre isto vide GABRIEL, Luiz. *A extensão rural no Brasil*. Rio de Janeiro : ABCAR, 1970. (mimeo.). p. 7-9; e VIEIRA, Luiz de Góes. *Extensão Rural. Cadernos de Extensão Rural*, nº 1, Recife, Imprensa da UFRPE, 1988.

¹⁵ GABRIEL, op. cit., p. 10.

¹⁶ Idem.

¹⁷ VIEIRA, op. cit., p. 9. É importante salientar que o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, ao qual a Extensão Rural estava oficialmente vinculada, exigiu dos *Land Grant Colleges*, que receberam doações de terras para o desenvolvimento de pesquisas, a criação de um departamento de Extensão para atender as demandas das associações dos agricultores. Esta é a razão da tríade universitária ensino, pesquisa e extensão. In: FIGUEIREDO, Romeu Padilha. *A Extensão rural no Brasil*. I Simpósio Brasileiro de Extensão Rural, Santa Maria, 1981. Palestra (mimeo.); Vide, ainda, GABRIEL, op. cit., p. 9-10.

¹⁸ Ver especialmente CALLOU, *A Voz ...* op. cit., p. 61.

As ações extensionistas da Missão permaneceram pelo menos até o fim da II Guerra Mundial, ainda que o Cruzador tenha voltado para o Rio de Janeiro em 1924. Vejamos agora o significado da Extensão Rural americana no cenário agrícola brasileiro, seus primeiros passos e sua oficialização na agricultura e na pesca.

A extensão rural e pesqueira no Brasil: caminhos da formalização

No meio agrícola, as primeiras experiências de Extensão no Brasil se desenvolveram seguindo o padrão americano dos *Land Grant Colleges*. Ou seja, havia na ação um significado eminentemente “educativo”, na medida em que se limitava a transferir conhecimento agrícola e de economia doméstica aos agricultores e seus familiares, sem preocupar-se com o oferecimento de crédito.¹⁹ Significava, ainda, uma ação voltada para o serviço médico, à puericultura e ao saneamento básico. As experiências da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, em Viçosa, a partir de 1930,²⁰ e as de Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo, em São Paulo, a partir de 1947,²¹ revelam essa significação. Os principais disseminadores desse significado são os professores norte-americanos Peter Holfs, no caso mineiro, e Greenfin (que também havia sido professor em Viçosa) nos casos paulistas.

Os resultados dessas ações de caráter local, educativo, enquanto transmissões de conhecimento, favoreceram o aparecimento oficial da Extensão Rural no Brasil. É o Estado de Minas Gerais que cria, em 6 de dezembro de 1948, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), através do convênio entre o governo mineiro e a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), instituição esta fundada pela família Rockefeller.²² O convênio propõe “estabelecer um programa de assistência técnica e financeira que possibilite a intensificação da produção agropecuária e a melhoria das condições econômicas e sociais da vida rural.”²³

A partir daí, o significado educativo das ações extensionistas desenvolvidas sob a influência de Holfs e Greenfin transfigura-se no terceiro significado da Extensão: o de “ajuda técnica e financeira”.²⁴ Noutras palavras, deixa-se de lado o viés extensionista dos *Land Grant Colleges* e passa-se a adotar a perspectiva da *Farm Security Administration* (FSA) americana, cuja finalidade, nos Estados Unidos, foi a de apoiar, através de créditos, sob a égide governamental, os agricultores prejudicados pela depressão econômica dos anos de 1929-1930.²⁵ O significado educativo da Extensão Rural só voltará a reaparecer a partir de 1952.

É importante salientar que a escolha de Minas Gerais para a criação da ACAR e, por conseguinte, do seu significado de “ajuda técnica e financeira”, deve-se, entre outros fatores, segundo Teresa Lousa da Fonseca, ao fato de Minas “possuir abundância em recursos naturais, uma burguesia atuante com forte poder de negociação, uma firme

¹⁹ FIGUEIREDO, op. cit., p. 4.

²⁰ GABREL, op. cit., p. 26.

²¹ Idem.

²² Idem, 27.

²³ Idem.

²⁴ Idem, p. 28.

²⁵ FIGUEIREDO, op. cit. p. 4; e VIEIRA, op. cit., p. 12.

disposição de colocar seu Estado em destaque no cenário nacional e um governo disposto a superar os problemas antigos da economia...”²⁶

Sabemos, através de Romeu Padilha e da própria Teresa Lousa, que outras ordens de variáveis incidiram sobre a criação e o desenvolvimento do extensionismo oficial brasileiro. Convém ressaltar, de um lado, o insucesso da educação rural que, a partir de 1945, assume uma prática pedagógico-comunitária, não-escolar, através da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR). Daí porque a noção de comunitário ter ficado tão presente no jargão extensionista.²⁷ De outro lado, estão os interesses norte-americanos no pós-guerra, de ampliar os investimentos e abrir mercados consumidores para os seus produtos industrializados, particularmente na América Latina.²⁸ Os intelectuais para o desenvolvimento do significado extensionista de “ajuda técnica e financeira” foram os especialistas norte-americanos que pertenceram ao *Extension Service* e à *Farm Security Administration*, os quais vieram ao Brasil para treinar técnicos brasileiros.²⁹ E, sem dúvida, Nelson Rockefeller, através da sua AIA.³⁰

Mas não se pense aqui, contudo, que essa mudança de significado de uma Extensão Rural de cunho “educativo”, “extensionista”, no sentido dos *Colleges*, para uma Extensão à *la Farm* (preocupada com o aumento da produção e da produtividade, via recursos creditícios), se deu de maneira radical. Iremos constatar, num primeiro momento, que a Extensão, enquanto “ajuda técnica e financeira”, se volta para a estima dos valores “humanistas”, e o consumo de bens materiais é visto como estratégia de melhoria do nível de vida das populações rurais. Logo, as ações estão ligadas ao estabelecimento agrícola e à comunidade rural. Para isso, a Extensão lança mão, segundo Romeu Padilha, do crédito rural supervisionado, da articulação de lideranças locais tradicionais e comunitárias (estas, muitas vezes, identificadas por métodos sociométricos, criticaria João Bosco Pinto), dos trabalhos de comunidades, visualizadas como contextos socialmente homogêneos, isto é,

sem conflitos de interesses internos, entre outras estratégias do desenvolvimento de comunidades que fizeram escola no Brasil. Sob esse significado, a Extensão Rural propunha tecnologias mais ao nível da população atendida (plantio adequado, espaçamento correto, curva de nível, adubo orgânico etc.). Em termos de economia doméstica, as recomendações estão relacionadas à habitação, alimentação, vestuário etc.³¹ As estratégias de comunicação para atingir esses objetivos vão desde contatos pessoais, reuniões, excursões, treinamentos, unidades de demonstrações, até campanhas e programas de rádio, cuja variação e intensidade se desenvolve à medida que o sistema de Extensão Rural se expande pelo país.³²

²⁶ FONSECA, Maria Teresa Lousa da. *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. São Paulo : Loyola, 1985. p. 80.

²⁷ QUEDA apud FONSECA, idem, p. 58.

²⁸ FIGUEIREDO, op. cit., p. 2. Além desses interesses havia aqueles voltados ao campo político, geográfico, ideológico e estratégico-militar no âmbito da guerra fria. Idem, p. 1-2.

²⁹ ACAR apud FONSECA, op. cit., p. 78.

³⁰ FIGUEIREDO, op. cit., p. 2, nos informa que Nelson Rockefeller, à época da criação da ACAR, era o maior exportador de café do Brasil e que seus interesses econômicos através da AIA no país se voltavam para a área de máquinas, produtos alimentares, processamentos, petroquímica, entre outros.

³¹ FIGUEIREDO, Romeu Padilha de. *Extensão rural, extensão do capitalismo? Análise do sistema ABCAR/EMBRATER (1948-1979)*. Esboço de Projeto de Tese, s.d., p. 4.

³² Sobre isso vide GABRIEL, op. cit., p. 116-122.

Num segundo momento, a polissemia da Extensão é ampliada na medida em que incorpora ao significado “ajuda técnica e financeira” o aspecto educativo da Extensão americana, que abandonara quando da sua oficialização em Minas Gerais. Isso ocorre, porque as experiências até então desenvolvidas não estavam logrando os resultados esperados pela ACAR. Inclusive, o próprio termo Extensão só passou a ser usual a partir dessa constatação, em 1952.³³ Assim se expressam Moitta e Vieira, segundo Teresa Lousa da Fonseca, quanto à primeira avaliação da ACAR-MG, em 1952:

Nessa perspectiva, a Extensão Rural passa ao seu quarto significado, ou seja, o de “ajuda técnica e financeira” como “ferramenta” de educação. Significado este que será estendido à Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), em 1954, ano da sua criação.³⁴ O principal intelectual dessa ampliação polissêmica no país foi o especialista da FAO, Willy Johanen Timmer que, em 1951, ministra, na Paraíba, o primeiro curso de Extensão Agrícola no Brasil.³⁵ O resultado dessa experiência é o livro *Planejamento do Trabalho em Extensão Agrícola; Bases e Diretrizes da Agronomia Social Aplicada com Referência Especial ao Brasil e outros Países da América Latina*.³⁶ O tratamento dado por Timmer ao ato de educar na Extensão é o mesmo proposto na Avaliação da ACAR-MG, em 1952, e será motivo de uma crítica fulminante de Paulo Freire, muitos anos depois.

Com a criação, em 1956, da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR),³⁷ o significado da Extensão Rural na perspectiva de ajuda técnica e financeira em nível educativo-comunitário começa a somar-se a mais um outro. Estamos no início do governo do presidente Juscelino Kubitschek, o qual defenderá o desenvolvimentismo brasileiro em proporções muitíssimo ampliadas em relação àquele defendido na *belle époque* tropical. Nessa perspectiva, a Extensão pouco a pouco vai restringindo, sem

necessariamente abandonar, a sua vertente “educativa”, a sua “filosofia humanista de ação”, o crédito supervisionado, as atividades não necessariamente econômicas, isto é, ligadas à economia doméstica, para se dedicar a uma agricultura mais “dinâmica”, mais “desenvolvida”. Quer dizer, uma “agricultura moderna” de caráter químico e mecânico, com um sistema de recursos creditícios, agora de caráter orientado, particularmente em regiões consideradas mais promissoras.³⁸ Não é ao acaso, por exemplo, que a Extensão Rural dá as costas ao movimento camponês no Nordeste, representado pelas ligas camponesas³⁹ e pelos sindicatos apoiados pela Igreja Católica. A Extensão não se interessa pela questão da reforma agrária, pelo menos aquela defendida pelos movimentos sociais. Nesse processo, a Extensão Rural adquire o quinto significado: o de difusora de inovações

³³ O termo Extensão só entrou no vocabulário extensionista depois de um curso realizado para os profissionais da ACAR, em Viçosa (MG). In: GABRIEL, op. cit., p. 28.

³⁴ A ANCAR foi criada com o apoio do Banco do Nordeste, Banco do Brasil e AIA, em 1954. Essa instituição funcionou até 1956, passando, em seguida, ao sistema ABCAR. In: GABRIEL, op. cit., p. 32-35.

³⁵ Idem, p. 30.

³⁶ TIMMER, Willy Johanen. *Planejamento do trabalho em extensão agrícola; bases e diretrizes da Agronomia social aplicada com referência especial ao Brasil e outros países da América Latina*. Rio de Janeiro : Ministério da Agricultura, 1954.

³⁷ A ABCAR era uma entidade privada sem fins lucrativos, mas indiretamente buscava e recebia subsídios financeiros do Estado. In: FONSECA, op. cit., p. 114. São várias as instituições que apóiam a criação da ABCAR em 21 de junho de 1956. Entre as principais: AIA, ETA, MA, MEC, SSR IBC e BNCC.

³⁸ FIGUEIREDO, *Extensão rural, extensão ...* op. cit., p. 6.

³⁹ Idem, p. 7.

tecnológicas para o desenvolvimento da agricultura brasileira, em termos de modernização.⁴⁰ Esses contornos vão ficando mais visíveis à medida que a indústria de produtos agropecuários se desenvolve no país, forjando novos mercados consumidores no meio rural. O período do “milagre brasileiro” (1969-1973) é o ápice desse processo. Momento em que é criado, oficialmente, o serviço de Extensão Pesqueira no Brasil, inicialmente em Santa Catarina e, logo em seguida, no Rio Grande do Sul, em 1968 e 1969, respectivamente.

O significado que essa atividade apresenta não se diferencia do significado difusionista-inovador da Extensão Rural. Está registrado no Livro de Atas nº 1 da Associação de Crédito e Assistência Pesqueira do Rio Grande do Sul (ACARPERGS): “A ACARPERGS tem por finalidade um programa educativo baseado na assistência técnica, econômica e social, para intensificação racional da produção, nas comunidades de pesca, e melhoria das suas condições de vida.”⁴¹

Não é à toa que a Extensão Pesqueira surge no Sul do país. Essa região, dadas as suas características oceanográficas e econômicas, era considerada mais promissora para o desenvolvimento industrial da pesca. A Extensão Pesqueira surge logo após a política dos incentivos fiscais (1967), da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), entre 1967-73. Ou seja, no caminho aberto para investimentos empresariais no setor. Nesses termos, o que diferencia a Extensão Rural da Extensão Pesqueira no campo da difusão de inovações para a modernização é a área de produção. Mas com o insucesso da política dos incentivos fiscais, a SUDEPE se volta para o setor artesanal pesqueiro, através do Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCART), em 1973. A justificativa é que o artesanato pesqueiro, mesmo sem grande apoio financeiro, era responsável por mais de 50% da produção nacional.⁴²

Assim, diante da crise dos incentivos fiscais e da crise do “milagre brasileiro” a partir de 1973, tanto a Extensão Pesqueira quanto a Extensão Rural irão consolidar o sexto significado, ao fundir a difusão de tecnologias modernas com o extensionismo original,

“educativo”, “humanista”.⁴³ Portanto, a noção de desenvolvimento das comunidades rurais e pesqueiras permanece, seja pela adoção de “pacotes tecnológicos simplificados” para o desenvolvimento comunitário, seja pela adoção de “pacotes tecnológicos” voltados a médios e grandes produtores rurais. Isso se prende ao fato de o “milagre” ao entrar em crise deixou exposto o quanto se havia penalizado a pequena produção agrícola, aspecto alertado inclusive pelo BIRD e pela Fundação Ford.⁴⁴ Ao lado disso, os movimentos populares que começam a dar sinais de soerguimento, a partir de meados dos anos 1970, contribuem, também, para o significado fusionado da Extensão Rural.⁴⁵ É dentro dessa

⁴⁰ Esta, por seu turno, não atingira, com o diz SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro : Zahar, 1981, p. 29-30, as pequenas unidades agrícolas, na medida em que, no Brasil, a adoção das novas tecnologias agropecuárias estavam relacionadas ao tamanho da propriedade rural.

⁴¹ Associação de Crédito e Assistência Pesqueira do rio Grande do Sul (ACARPERGS). Livro de Atas nº 1, 1969, p. 2. Vide também CALLOU, *A extensão pesqueira como...* op. cit.

⁴² Sobre este assunto vide DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *Pescadores sitiantes e trabalhadores do mar*. São Paulo, 1979. 314 p. Tese de doutoramento - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

⁴³ FIGUEIREDO, op. cit., p. 9-10.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ FIGUEIREDO, *A extensão rural no...* op. cit., p. 15. Vide, ainda, NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir*

lógica que ocorre, em 1974, a transformação do sistema ABCAR em Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

O que podemos observar até aqui, através dos autores analisados, é que há uma íntima relação das significações assumidas pela Extensão Rural e Extensão Pesqueira ao longo da sua história, com a própria dinâmica do capitalismo brasileiro. As noções de desenvolvimento que essas significações ensejam, estão, também, por seu turno, ao sabor dessa dinâmica. Nesse processo, o Estado adquire um papel fundamental: ora pelo viés desenvolvimentista da *belle époque*, permeado de objetivos militares, como foi o caso da “Extensão” da Missão do Cruzador José Bonifácio; ora pelo estímulo (e controle) às políticas de desenvolvimento à modernização do campo. Tudo leva a crer que as significações apresentadas pela Extensão, até esse momento, são significações mais afetadas, como dirá Francisco de Oliveira, referindo-se a um outro assunto, aos dominadores do que uma alternativa aos dominados.

Entretanto, não é só do Estado que se alimenta a polissemia da Extensão Rural. A produção científica das universidades e dos centros de pesquisa é uma grande fornecedora de sentidos nos processos de significação da Extensão.

Produção acadêmica: ruptura e ampliação dos significados da extensão rural

O *Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para a América Latina* (CIESPAL), criado em Quito, 1958, por exemplo, trará contribuições teóricas sólidas para o modelo difusionista-inovador, particularmente no período que vai de 1959 a 1973.⁴⁶ São pesquisadores como Wilbur Schramm, Paul Lazarsfeld, Harold Lasswell e, principalmente, Everett Rogers, expoentes da pesquisa funcionalista norte-americana no campo da Comunicação, que vão influenciar a produção científica do Centro. Como pólo disseminador de conhecimento na América Latina na área da Comunicação para o Desenvolvimento – como também eram chamadas as atividades de Extensão –, o CIESPAL ajuda a manter e a consolidar o significado da Extensão enquanto difusora de inovações.⁴⁷ Logo, dentro da teoria criada por Rogers, em 1962, através do seu livro

Diffusion of Innovations. Os pesquisadores brasileiros que passaram pelo Centro, somados aos professores que se titularam em Ph.D. na *University of Wisconsin* e *Michigan State University*, instituições importantes nessa área de conhecimento, ajudaram a reforçar, durante anos, através do ensino e da pesquisa o significado da Extensão no campo difusionista. Para se ter uma idéia da força dessa teoria no contexto latino-americano, convém registrar que duas terças partes dos estudos realizados nessa área são de origem brasileira, colombiana e mexicana, como salienta Laércio Nunes e Nunes.⁴⁸

Muitas dessas contribuições vieram também dos cursos de mestrado em Extensão Rural, criados em 1968, na Universidade Federal de Viçosa (MG), e, em 1975, na

para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232.

⁴⁶ Sobre o CIESPAL ver BERGER, Christa. A pesquisa em comunicação na América Latina. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (org.) *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis : Vozes, 2001. p. 241-277.

⁴⁷ Vide especialmente WHITING, Gordon; GUIMARÃES, Lytton (orgs.). *Comunicação das novas idéias: pesquisas aplicáveis ao Brasil*. Rio de Janeiro : Edições Financeiras, 1969; e MELO, José Marques de (org.). *Comunicação, modernização e difusões de inovações no Brasil*. Petrópolis : Vozes, 1978.

⁴⁸ NUNES, Laércio Nunes. *Discussão sobre difusão e adoção de inovações na agricultura*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília. Brasília, 1977.

Universidade Federal de Santa Maria (RS). As preocupações de pesquisa desses mestrados foram ao encontro, em certos momentos, da “filosofia” extensionista da então “repaginada” ABCAR/EMBRATER. Ou seja, buscaram, em último caso, identificar as razões pelas quais havia diferenciações, por parte dos agricultores, na adoção/rejeição dos “pacotes tecnológicos” propostos pelas agências governamentais de desenvolvimento rural. A esse encontro foi também a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), criada em 1972, cujo primeiro presidente, José Irineu Cabral, tinha sido um extensionista “clássico” da ABCAR.⁴⁹ Esta visão difusionista persiste, ainda, de alguma maneira, na EMBRAPA.

Foi preciso que uma voz se alevantassem para negar toda a construção teórica e prática realizada pelo extensionismo americano no nosso país e em muitos outros lugares. Paulo Freire, com seu livro *Extensão ou Comunicação?*, destrói a noção da Extensão Rural como processo educativo para o desenvolvimento das populações rurais, tal como havia sido formulada por Timmer, em 1954.

Se na trajetória da Extensão Rural brasileira o seu significado foi se modificando fazendo-a resistir às transformações políticas, sociais e econômicas por que passava o país, agora parecia difícil uma resistência a partir da incorporação do sétimo significado atribuído: a Extensão como educação dialógica, comunicação. Difícil porque esse novo significado ia de encontro às diferentes significações até então admitidas pela Extensão, as quais, em última instância, se constituíram por dentro de uma mesma lógica, de uma mesma crença. Ou seja, a de dissipar o “subdesenvolvimento”, o “atraso”, a “ignorância” dos agricultores e dos pescadores através de “estratégias educativas” para adoção de tecnologias – agora consideradas antidialógicas. Some-se a isso, a consolidação do discurso científico da difusão de inovações e suas estratégias refinadas de pesquisa quantitativa. Aspectos que legitimavam um pensamento acadêmico e técnico, dentro e fora das universidades, que se contrapunha a essa nova visão paulofreiriana de Extensão Rural. E mais, estava-se, ainda, em plena ditadura militar, quando *Extensão ou Comunicação?* foi publicado no Brasil (1977).

Ora, esse novo significado teórico paulofreiriano da “Extensão” sugeria, evidentemente, ações distintas daquelas que em geral eram realizadas pelos técnicos e pelas instituições voltadas ao desenvolvimento rural. Isto é, vislumbrava-se agora a participação efetiva dos chamados “beneficiários” da Extensão Rural e Pecuária na famigerada “leitura de realidade”. Leitura esta que os extensionistas e os profissionais de desenvolvimento de comunidades realizavam, historicamente, de maneira unilateral.

Agora, nesse novo cenário teórico, ter-se-ia que admitir o outro, na relação educativa, como sujeito histórico, cognoscitivo. Deste modo, a leitura da realidade a ser transformada só poderia configurar-se se, e somente se, os dois pólos do processo de mudança e desenvolvimento entrassem em comunicação. Isto implicava uma atitude político-democrática em tempo de ditadura.

Os pesquisadores pós-paulofreirianos desenvolveram um esforço teórico enorme, particularmente no campo da comunicação – pois daí advieram, majoritariamente, as principais contribuições – para, pouco a pouco, a Extensão firmar o seu significado educativo-comunicacional diante da consolidada teoria da difusão de inovações. As organizações não-governamentais e os técnicos que superaram a visão extensionista

⁴⁹ FIGUEIREDO, A *extensão rural no...* op. cit., p. 15.

tradicional, também tiveram um papel fundamental nesse processo. É a partir daí que o verbete Comunicação Rural passa a adquirir sentido, ou a se sobrepor ao verbete Extensão Rural. Ou, ainda, como uma espécie de irmãos siameses, unidos no binômio Extensão Rural-Comunicação Rural. Não fossem esses esforços à consolidação do novo significado da Extensão Rural, possivelmente essa disciplina e essa prática de apoio ao desenvolvimento do campo não teriam resistido às crises provocadas (e ainda vivenciadas) pela extinção da EMBRATER e da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), em 1990. Nada teríamos a colocar no lugar, sobretudo quando vamos avançando nessa década. Os desafios, a partir daí, se tornaram mais complexos diante dos processos de mundialização dos mercados e das culturas e sua nefasta repercussão nos contextos populares rurais. Vejamos como se constituíram esses esforços até alcançarmos os anos 1990 e para onde eles nos levaram na abertura do século XXI. É o que vamos tratar a seguir.

Difusão de inovações: perda da hegemonia e emergência do desenvolvimento local

A primeira geração de pesquisadores pós-paulofreirianos, brasileiros e estrangeiros, que contribuiu para o arrefecimento da difusão de inovações no cenário latino-americano, foi estimulada, de alguma maneira, pela política do CIESPAL, entre 1970/1984, de criar um pensamento comunicacional livre das amarras do funcionalismo. Podemos citar, entre tantos outros, Armand Mattelart,⁵⁰ com sua crítica à *Communication Research*, como foram chamadas as pesquisas de cunho funcionalista na Comunicação; Luis Ramiro Beltrán,⁵¹ com sua tese de Ph.D. na *Michigan State University*, em 1973, estudo que não dissimula a influência do livro de Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*; Juan Díaz Bordenave,⁵² João Bosco Pinto,⁵³ Romeu Padilha de Figueiredo e Maria Teresa Lousa da Fonseca. Estes últimos, aqui bastante citados. Isto não quer dizer que a teoria da difusão de inovações perdeu espaço, ou foi retirada do mercado científico, como se retira do mercado um produto industrializado fora dos prazos de validade.

A teoria difusionista, diante das críticas que apontavam a sua incapacidade de dar conta das condições estruturais do subdesenvolvimento latino-americano, vai ao embate teórico e “renova-se”. Mas renova-se por dentro do funcionalismo. Nessa perspectiva, são emblemáticos os livros *Comunicação, Modernização e Difusão de Inovações no Brasil*, organizado, no Brasil, em 1978, por José Marques de Melo, e *Communication and Development*, organizado por Everett Rogers, em 1976, nos Estados Unidos. Este último, talvez, tenha sido uma das primeiras tentativas de Rogers de “salvar” a sua teoria, frente às críticas vindas, sobretudo, do CIESPAL, onde ele próprio tinha feito seguidores na década de 1960. Esse embate teórico, extremamente frutífero, acabou por respingar, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, sobre a EMBRATER e a SUDEPE.

⁵⁰ MATTELART, Armand et alii. *Los medios de comunicación de masas: la ideología de la prensa liberal*. Buenos Aires : Schapire Editor, 3ª edição, 1976.

⁵¹ BELTRÁN, Luis Ramiro. *Communication in Latin America: Persuasion for “status quo” or for Nacional Development*. Tese de Ph.D., Michigan State University, 1973.

⁵² Ver em especial BORDENAVE, Juan Díaz. Communication of agricultural innovations in Latin American: the need for new models. In: ROGERS, Everett (org.). *Communication and development: critical perspectives*. Beverly Hills : Sage Publications, 1976. p. 43-62; e BORDENAVE, Juan Díaz; CARVALHO, Horacio Martins de. *Planificación y comunicación*. Quito : Editorial Dom Bosco, 1978.

⁵³ Vide especialmente PINTO, João Bosco. Extensión o educación: una disyuntiva critica. *Desarrollo Rural en Las Américas*, vol. 1, nº 3, 1973, p. 165-186.

Essas instituições começam a se afastar da perspectiva difusionista, pelo menos em nível do discurso, e passam a incorporar o viés da comunicação horizontal por meio do planejamento participativo. Diz a EMBRATER, através de João Carlos Canuto, em 1983, que o planejamento participativo é “o processo pelo qual se procura racionalmente a utilização de recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, objetivando sanar problemas identificados no meio rural, juntamente com os produtores e suas famílias.”⁵⁴

Naturalmente que a EMBRATER empenhada, como vimos, em unir os significados “humanistas” e “produtivistas” da ação extensionista contemplasse os novos ditames da Extensão Rural-Comunicação Rural. O caráter meramente retórico dessa instituição, no que diz respeito à participação, não passaria incólume àquele pesquisador, pois dedica sua análise ao discurso embrateriano. A propósito, essa temática já vinha sendo motivo de questionamento no âmbito das ações extensionistas internacionais e do desenvolvimento de comunidades no Brasil. São os casos dos pesquisadores Luis Eladio Proaño e Safira Bezerra Ammann.⁵⁵ Diz Proaño, pela via do extensionismo.⁵⁶

Se essas distorções dos preceitos participativos da comunicação horizontal construída a partir de Paulo Freire foram cometidas pelas agências governamentais, o mesmo não podemos dizer das organizações não-governamentais. Cito, como exemplo, a experiência da Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), a partir de 1968, sob a coordenação do Frei Alfredo Schnuettgen.

Ligada à Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), a CPP desenvolveria um trabalho de Extensão, principalmente no Nordeste, de perfil inovador, pelo menos na pesca, pois se confrontava tanto com a forma tutelada com que os pescadores foram tratados pela Marinha de Guerra, como já observamos, quanto com o caráter difusionista-inovador da Extensão Pesqueira oficial que se inicia, também, coincidentemente, em 1968. Pautado no “método” Ver-Julgar-Agir, o trabalho pastoral desenvolve-se numa linha de ação eminentemente paulofreiriana, pois baseado na comunicação dialógica. Recupera com os pescadores a sua história; cria o boletim *O Leme*; revê o papel das colônias de pesca nas comunidades pesqueiras, apóia suas mobilizações na reestruturação dessas entidades de classe e nas reivindicações ambientais e de previdência social, bem como na criação das

sociedades de ajuda mútua, entre outras ações, à luz da Teologia da Libertação.⁵⁷ A Extensão passa a ter aí o seu oitavo significado: o da mobilização para participação sociopolítica e econômica, de reconstrução histórica, de tomada de consciência dos pescadores da sua própria realidade através de uma dinâmica religiosa. Os resultados dessa experiência pastoral na pesca repercutem positivamente até hoje nas atividades de Extensão Pesqueira.

À medida que experiências diferenciadas como essas avançam em direção aos anos 1980, os resultados de pesquisas desenvolvidas com o advento da anistia política (1979)

⁵⁴ CANUTO, João Carlos. *Capital, tecnologia na agricultura e o discurso da EMBRATER*. Dissertação de mestrado apresentada no Curso de Mestrado em Extensão Rural da UFSM, RS, 1984, p. 108.

⁵⁵ Vide AMMANN, Safira Bezerra. *Participação social*. 2 ed. São Paulo, Cortez&Moraes, 1978; AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 3 ed. São Paulo, Cortez, 1982.

⁵⁶ PROAÑO, Luis Eladio. *Planificación y comunicación*. Colección Documentos, Quito, 1980, p.38.

⁵⁷ CALLOU, *movimentos sociais de pescadores...* op. cit., p. 167-208.

começam a revelar, mais nitidamente, os efeitos nefastos da “modernização da agricultura” e da pesca sobre os pequenos produtores rurais e pescadores artesanais. Esses estudos mostram que se algum benefício essas categorias sociais conheceram com o difusionismo-inovador da Extensão oficial brasileira foi de caráter esporádico e sem a abrangência necessária.⁵⁸ Nesse sentido, o somatório do impacto de *Extensão ou Comunicação?*, das pesquisas críticas no campo da Comunicação, das experiências extensionistas bem sucedidas das organizações não-governamentais, dos resultados da “modernização dolorosa” (a expressão é de José Graziano da Silva) e do soerguimento dos movimentos populares nos anos 1970/80 acabou por desbancar a hegemonia teórica da Extensão Rural no campo da difusão de inovações.

Anos 90: crise e renovação da extensão rural

Enquanto os processos de democratização se desenvolvem e vai-se consolidando uma perspectiva mais democrática de conceber e fazer Extensão Rural e Pesqueira no Brasil, o governo Fernando Collor de Mello extingue, em 1990, o sistema EMBRATER e SUDEPE, deixando as atividades de Extensão à deriva nos estados. Atravessamos os anos 1990 numa crise sem precedentes na história do extensionismo rural e pesqueiro, com o progressivo desaparecimento das EMATER estaduais (as delegacias da SUDEPE foram todas extintas) ou a fusão destas com outras organizações governamentais. Movimento nítido, portanto, de afastamento do Estado, em decorrência dos processos de globalização que grassaram explicitamente no país a partir dessa década. Crise que também ocorreu na consolidada Extensão Rural norte-americana, nos anos 1980, no governo Regan, por motivos similares.⁵⁹ Não fosse a versatilidade da Extensão Rural no agenciamento teórico e de circunstâncias socioeconômicas vivenciadas, o soerguimento dessa atividade, e, portanto, sua resistência, do ponto de vista teórico e prático, não seria mais possível, a meu ver, na abertura do século XXI. Pelo menos dois vetores são importantes nesse processo de trazer de volta a Extensão Rural aos dias atuais. Agora sob a nona significação: o da Extensão Rural na perspectiva do desenvolvimento local.

O primeiro vetor está diretamente relacionado ao próprio “emagrecimento” do Estado nos processos de globalização que, como salienta Boaventura de Sousa Santos, trata-se da passagem

“de um modelo de regulação social e econômica assente no papel central do Estado para um outro assente em parcerias e outras formas de associação entre organizações governamentais, para-governamentais e

⁵⁸ Vide especialmente DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. *Pescadores, sitiante e trabalhadores do mar*. São Paulo, 1979. Tese de doutoramento – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; ANDRADE, Manuel Correia de. *Agricultura e capitalismo*. São Paulo : Livraria Editora Ciências Sociais, 1979; MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo : Hucitec, 1980; e SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.

⁵⁹ Vide GUSTAFSON, Daniel. Modelo de extensão nos Estados Unidos. Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma nova extensão rural para a agricultura familiar. *Anais*. Brasília : PNUD, 1997, p. 45-53.

não governamentais, nas quais o aparelho de Estado tem apenas tarefas de coordenação enquanto *primus inter pares*.”⁶⁰

Nessas condições, emerge a noção de desenvolvimento local como estratégia para resolver, através de uma dinâmica de “concertação” dos territórios, os problemas de exclusão social gerados pelos processos contraditórios de globalização de inclusão/exclusão. Ou seja, é preciso que cada território descubra as suas potencialidades econômicas para, de per si, desenvolver-se. Condição que exige um esforço coletivo dos diversos atores sociais presentes nesses territórios. Evidentemente que o Estado, diante das frágeis condições de organização social, particularmente nos contextos populares rurais, não se afastará de imediato desses processos. No mundo globalizado, diz Boaventura, é preciso uma “forte intervenção estatal”. Quer dizer, “O Estado tem de intervir para deixar de intervir, ou seja, tem que regular a sua própria desregulação.”⁶¹

Ora, é nesse cenário que surge o reiterado chamamento por parte do Estado para que as populações rurais participem dos processos de “concertação” através de associações, sindicatos, conselhos, fóruns, entre tantas outras formas de organização social, como estratégia de desenvolvimento local. Convém ressaltar, de um lado, que muitos dos projetos produtivos financiados pelo Estado estão direcionados às associações, exigindo, por conseguinte, a filiação dos agricultores interessados. Aliás, trata-se, muitas vezes, de exigências das agências financiadoras, a exemplo do Banco Mundial.⁶² Nunca se erigiram tantas associações no cenário rural brasileiro. As distorções decorrentes por interferência política e pela velocidade como são oficializadas essas organizações são por demais conhecidas pelos profissionais da área. De outro lado, a noção de participação embutida nesse chamamento atual do Estado não é aquela defendida pelos movimentos populares nos anos 1960 e finais dos anos 70. Naquele período, a participação tinha um significado de conquista, para usar a expressão de Pedro Demo. Agora, parece ter um significado de consentimento ou uma espécie de “passaporte-cidadão”. Nestes termos, é de se perguntar se a ação participativa não está sendo moldada nos antigos padrões embraterianos e do desenvolvimento de comunidades, já criticados, como vimos, por pesquisadores dos anos 1970/80? Voltaremos ainda a esse ponto.

Seja como for, esses aspectos contemporâneos da exclusão social representam desafios para a Extensão Rural e Pesqueira por fora e por dentro das organizações de desenvolvimento rural. Sobretudo porque a realidade da atuação profissional hoje se tornou mais complexa. Isso determinou que o aprendizado e os métodos difusionista-inovadores adquiridos tivessem pouca serventia no contexto atual dessas organizações. Não por acaso, elas estão investindo substancialmente no aperfeiçoamento dos seus técnicos através de

treinamentos e cursos de especialização. As contratações recentes de pessoal, por sua vez, exigem um perfil extensionista voltado aos novos tempos. Perfil este construído graças aos empreendimentos teóricos realizados nas universidades. Principalmente pela segunda geração de pesquisadores pós-paulofreirianos formados, nos anos 1980/90, nos Mestrados em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (MG) e Universidade Federal de Santa Maria (RS), no Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural da

⁶⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização, In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo : Cortez, 2ª edição, 2002, p. 37-38.

⁶¹ SANTOS, o. cit., p. 38.

⁶² Vide CALLOU, Angelo Brás Fernandes; BRAGA, Brenda. Estratégias de comunicação para o desenvolvimento local: uma experiência governamental em Pernambuco, Brasil. *Revista UNIRCOOP*, vol. 3, nº 1, 2005, Université de Sherbrooke, Sherbrooke, Canadá, p. 177-191.

Universidade Federal Rural de Pernambuco e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Esses empreendimentos teóricos procuram consolidar o significado da Extensão Rural no terreno do Desenvolvimento Local. Este é o segundo vetor a ser abordado, a seguir.

Publicado em 1995, o artigo *Desafios da Comunicação Rural em Tempo de Desenvolvimento Local*⁶³ abriu os primeiros caminhos para se pensar a Extensão Rural nos processos de exclusão social no campo. A partir daí vão ser observadas uma série de apropriações teóricas de áreas afins à Extensão Rural que só uma disciplina polissêmica como esta é capaz de realizar. Entre as temáticas mais relevantes estão: a) desenvolvimento local, tendo como principais estudiosos Carlos Jara, Augusto de Franco, Francisco Albuquerque, Sérgio Buarque, Paul Prévost e Bernardo Kliksberg; b) novas ruralidades, a partir dos trabalhos de José Graziano da Silva, José Eli da Veiga e Ricardo Abramoway; c) recepção aos meios de comunicação pelas culturas populares, baseada em Jesús Martín-Barbero e Néstor García Canclini; d) introdução das tecnologias eletrônicas e informatizadas na sociedade contemporânea, a contar da Nova Teoria da Comunicação proposta por Ciro Marcondes Filho; e e) mais recentemente, o associativismo e cooperativismo lastreados na “Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo” (UNIRCOOP). Os resultados dessas apropriações estão refletidos nas dissertações de mestrado, nas teses de doutorado e nas comunicações que vêm sendo apresentadas, principalmente, nos Congressos da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM).⁶⁴

Nesses últimos dez anos, os estudos revelam que a Extensão Rural no âmbito do Desenvolvimento Local significa uma ação que vai além das atividades agropecuárias e pesqueiras, pois as formas associativas e cooperadas de produção se diversificam no meio rural; que enxerga o campo como territórios das culturas populares híbridas, abandonando, por conseguinte, a visão romântica das populações rurais imunes à cultura de massa; e que atua num cenário de embate das lutas populares na perspectiva da “concertação” e do desenvolvimento com sustentabilidade. Nesse sentido, os estudos consideram que as

estratégias de comunicação elaboradas pelas organizações para promover o desenvolvimento local devem ter um caráter dialógico no sentido comunicacional paulofreiriano. Isto para garantir a mobilização e a participação dos atores locais excluídos em todas as etapas dos processos de emancipação social e econômica.

⁶³ SANTOS, Maria Salett Tauk; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Desafios da comunicação rural em tempo de desenvolvimento local. *Revista Signo*, ano II, n. 3, set., 1995, p. 42-47.

⁶⁴ Veja, entre outros, SILVEIRA, MIGUEL Ângelo da; CANUTO, João Carlos (orgs.). *Estudos de comunicação rural*. São Paulo : Loyola, 1988; BRAGA, Geraldo Magela; KUNSCH, Margarida M. Krohling (orgs.). *Comunicação rural: discurso e prática*. Viçosa : UFV, 1993; SANTOS, Maria Salett Tauk (orga.). *Políticas de comunicação rural nos anos 90*. Recife : UFRPE, Imprensa Universitária, 1997. (Pesquisa Acadêmica, 4); CALLOU, A. B. F. (org.). *Comunicação rural e o novo espaço agrário*. São Paulo : Intercom, 1999. (Coleção GT Intercom, nº 8); e CALLOU, A. B. F. (org.). *Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local*. São Paulo : Intercom, 2002. (Coleção GT Intercom, nº 13). No contexto latino-americano atual vide principalmente THORNTON, Ricardo; CIMADEVILLA, Gustavo (org.) *La extensión rural em debate: concepciones, retrospectivas, cambios y estrategia para el mercosur*. Buenos Aires : INTA, 2003; e CIMADEVILLA, Gustavo (org.). *Comunicación, tecnología e desarrollo*. La Plata, Argentina, 2004.

Como vemos, o lugar ocupado pela Extensão Rural no âmbito do Desenvolvimento Local se “singulariza” em relação ao seu passado, sem perder, contudo, sua polissemia, pois mantém, pelos menos, três dimensões históricas da atividade: o desenvolvimento, a educação informal e a participação. Mostramos, historicamente, as diferentes formas assumidas por essas dimensões no Brasil. Isto é, desenvolvimento como modernização da agricultura e da pesca; desenvolvimento como aproveitamento das potencialidades econômicas endógenas numa perspectiva sustentável em tempo de globalização; da educação informal, vertical, autoritária, unilateral, e da educação dialógica, comunicacional; além da participação como estratégia de manipulação, como mero arremedo retórico, como passaporte-cidadão e como conquista.

Extensão rural e desenvolvimento local: desafios teóricos contemporâneos

Considero ainda folgados, entretanto, os laços que unem Extensão Rural ao Desenvolvimento Local. Não poderia ser diferente, diríamos, pois ainda estamos em fase de construção desse extensionismo contemporâneo. Gostaria de afastar-me um pouco desse tipo de assertiva para tentar desenvolver algumas considerações que, a meu ver, se impõem à Extensão Rural no Desenvolvimento Local. Começo pelas observações de Francisco de Oliveira sobre desenvolvimento local e cidadania.⁶⁵ Oliveira parte da concepção de que cidadania se adquire por meio do conflito. Para ele, o discurso neoliberal do desenvolvimento local fratura a cidadania no seu caráter conflituoso, na medida em que o desenvolvimento local se transforma num “emplastro” capaz de resolver os problemas sociais numa perspectiva harmônica.⁶⁶ Sob essa ótica, diz o autor, o desenvolvimento local busca apenas o idêntico, o similar. Diz ele, ainda: “O desafio do desenvolvimento local é dar conta dessa complexidade, e não voltar as costas para ela.”⁶⁷

Diante dessas ponderações, o que dizer do conceito de participação para “concertação” dentro da noção de desenvolvimento local na Extensão Rural contemporânea? O que dizer quando esse imperativo teórico da Extensão pela via do desenvolvimento local parece coincidir com as intenções das organizações governamentais de desenvolvimento rural que apregoam a versão mais renovada do neoliberalismo, à la Bernardo Kliksberg, ex-presidente do Banco Mundial. Isto é, a do “estado social inteligente”?⁶⁸ Quer dizer, nem Estado nem mercado sozinhos, mas a tríade Estado, mercado e sociedade civil. Quanto a este último aspecto, cabe, ainda, uma observação de Francisco de Oliveira. Salienta ele: “No Brasil (...) sociedade civil passou a designar no discurso da mídia, assim como em certos discursos acadêmicos, mas sobretudo nos discursos das organizações não-governamentais, um lugar do não-conflito, um lugar da concertação...”⁶⁹

Ocorreu-me que poderíamos, talvez, nos desviar dessa crítica de Francisco de Oliveira, numa tentativa de “salvamos” a perspectiva da participação para a “concertação” na Extensão Rural, se nos ancorássemos no conceito de *multidão*, de Michael Hardt e Antonio Negri. Sem a pretensão de querer desenvolver aqui essas aproximações, cabe, ao

⁶⁵ OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Polis, FGV, 2001 p. 1-2.

⁶⁶ Idem, p. 11-12.

⁶⁷ Idem, p.13.

⁶⁸ KIKLISBERG, Bernardo. *Falácia e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo : Cortez, 2ª edição, 2003, p. 70-71.

⁶⁹ OLIVERIA, op. cit., p.22.

menos, a título de referência, mencionar que os autores abdicam das noções de “povo”, “massas” e “classe operária” no mundo do Império Global. Ou, como eles mesmos dizem, se quisermos, do neoliberalismo ou da hegemonia americana.

Para Hardt e Negri, a noção de povo é redutiva, pois a magnitude das diferenças sociais fica restrita a uma unidade e a uma única identidade. Quanto às massas, dadas as suas características de compor um leque com todas as cores da população, acabam, dizem eles, por não ter cor nenhuma. Ou seja, nem unidade, nem identidade. A essência delas, prosseguem os autores, é a indiferença. A classe operária, por seu turno, também, segundo eles, neutraliza as diferenças na medida em que se refere a todos os trabalhadores assalariados, distinguindo-se, por exemplo, dos trabalhadores da agricultura. Deste modo, o conceito de multidão que defendem possibilita que todas as diferenças singulares sejam contempladas sem serem reduzidas a uma unidade ou identidade única.⁷⁰ A multidão abarca, deste modo, “diferentes culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais; diferentes visões do mundo; e diferentes desejos. A multidão é uma multiplicidade de todas essas diferenças singulares.”⁷¹ Mas essa multiplicidade congrega aquilo que eles chamam de *comum* (*the common*). Quer dizer, a criação, pela comunicação, de redes de partilha e colaboração, no que é comum entre os elementos constituintes dessa rede sem, contudo, neutralizar as diferenças.

Esse conceito pode nos ajudar, talvez, a pensar de outra maneira as estratégias de participação popular e de “concertação” já conhecidas ou, quem sabe, para além delas, na medida em que contempla significados novos às formas de organização e participação no cenário atual de exclusão social. Ou seja, ao se distinguir das formas democráticas tradicionais de representação – “luta unida debaixo de uma identidade central ou lutas separadas que afirmam nossas diferenças”⁷² –, como dizem Hardt e Negri, o conceito de multidão acena para um tipo de participação que não subordina nem põe de lado as divergências.⁷³ Em outras palavras, acena para estratégias de compartilhamento na diferença e não na igualdade. Portanto, aponta para um mundo contemporâneo muito mais voltado para a dissensão social do que para o consenso.

Frente ao exposto, sou levado a crer que a tênue relação teórica entre Extensão Rural e Desenvolvimento Local tende a permanecer, se “zonas vizinhas” importantes ao fortalecimento dessa relação não forem trabalhadas teoricamente por dentro da Extensão Rural. Áreas de conhecimento como, por exemplo, a Agroecologia e a Economia Solidária, cujos elementos teóricos referem-se a outro tipo de desenvolvimento agrícola e rural, poderiam articular, mais efetivamente, seus pressupostos teóricos à Extensão Rural na perspectiva do Desenvolvimento Local. Pois elas implicam intervenções sociais, leia-se, extensionistas.

A polissemia da Extensão Rural que defendo aqui não quer transformar essa disciplina em modelos paradigmáticos, como diria Oliveira. Mas a construção de seus significados não pode ser resumida a ilações apressadas, por conseguinte teoricamente estanques. Essas ilações têm que avançar para criar produtos acadêmicos consistentes que

⁷⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro : Record, 2005, p. 12-13.

⁷¹ Idem, p. 12.

⁷² Idem, p. 281.

⁷³ Idem, p. 282.

iluminem práticas extensionistas capazes de enfrentar, no mundo rural, desde problemas humanos básicos, passando pela questão da terra e seus movimentos sociais, até situações nevrálgicas de exclusão social, na sua feição contemporânea. Assim, as palavras-chave “desenvolvimento”, “educação”, “participação” por si sós não dão conta, se é que algum dia deram, do quefazer da Extensão Rural no Brasil atual.

Estas considerações nos remetem à política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sem querer fazer uma análise exaustiva do seu documento final (2004), nem desmerecer o seu grupo de trabalho, encontramos no seu arrazoado alguns aspectos que reforçam o que acabamos de abordar. Em primeiro lugar, a impressão que se tem ao ler o documento é de que a Extensão Rural da ATER centrou suas preocupações exclusivamente no campo da agroecologia. As novas ruralidades, apontadas por muitos estudiosos como elementos importantes do desenvolvimento do meio rural hoje, embora apareçam nos objetivos da ATER como “atividades não agrícolas”, não se desdobram nas diretrizes que elabora. Por outro lado, o documento é parcimonioso no que se refere especificamente ao desenvolvimento local. Opta pelo verbete desenvolvimento rural sustentável, talvez mais compatível com a noção do rural enquanto território das possibilidades agroecológicas. Nesses termos, a Extensão Rural apresenta-se com o seu décimo significado: “Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações.”⁷⁴

Para concretizar essa significação, a ATER sugere práticas “mediante uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável.”⁷⁵ É sempre bom lembrar, que as estratégias de comunicação embutidas nas metodologias participativas, ou em qualquer outra metodologia para ação extensionista, são produtoras de informações e sentidos. Não são neutras. Vimos desde a Missão do Cruzador “José Bonifácio” até os dias atuais como elas foram produzindo sentidos diferenciados, às vezes utilizando-se dos mesmos meios de comunicação.

Todos esses aspectos possibilitam reafirmar a necessidade de estreitar os laços da Extensão Rural com suas “zonas vizinhas”, na perspectiva do desenvolvimento local. Nessa operação, poderemos ampliar sua polissemia e, conseqüentemente, a sua democratização e resistência enquanto disciplina acadêmica e de ação para o desenvolvimento dos contextos populares rurais. Talvez a orientação mais importante para nós nesse processo e neste momento já tenha sido formulada há mais de trinta anos, por Paulo Freire. Mas quero repeti-la, pelo menos como paráfrase, e com ela concluo este texto:

A nossa participação no sistema de relações camponeses-natureza cultura não pode ser reduzida a um *estar diante*, a um *estar sobre*,

⁷⁴ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. *Política nacional de assistência técnica e extensão rural*. Versão final, maio 2004, Brasília, p. 9.

⁷⁵ Idem, p. 6.

ou a um *estar para*, mas a um *estar com* eles como sujeitos também da mudança e do desenvolvimento.⁷⁶

Referências Bibliográficas

- AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 3 ed. São Paulo, Cortez, 1982.
- AMMANN, Safira Bezerra. *Participação social*. 2 ed. São Paulo, Cortez&Moraes, 1978.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Agricultura e capitalismo*. São Paulo : Livraria Editora Ciências Sociais, 1979.
- ASSOCIAÇÃO de Crédito e Assistência Pesqueira do Rio Grande do Sul (ACARPERGS). Livro de Ata nº 1. 1969.
- BELTRÁN, Luis Ramiro. *Communication in Latin America: Persuasion for “status quo” or for Nacional Development*. Tese de Ph.D., Michigan State University, 1973.
- BERGER, Christa. A pesquisa em comunicação na América Latina. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (org.) *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis : Vozes, 2001. p. 241-277.
- BORDENAVE, Juan Díaz. Communication of agricultural innovations in Latin American: the need for new models. In: ROGERS, Everett (org.). *Communication and development: critical perspectives*. Beverly Hills : Sage Publications, 1976. p. 43-62.
- BORDENAVE, Juan Díaz; CARVALHO, Horacio Martins de. *Planificación y comunicación*. Quito : Editorial Dom Bosco, 1978.
- BRAGA, Geraldo Magela; KUNSCH, Margarida M. Krohling (orgs.). *Comunicação rural: discurso e prática*. Viçosa : UFV, 1993.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes (org.). *Comunicação rural e o novo espaço agrário*. São Paulo : Intercom, 1999. (Coleção GT Intercom, nº 8).
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes (org.). *Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local*. São Paulo : Intercom, 2002. (Coleção GT Intercom, nº 13).
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *A voz do mar: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do cruzador “José Bonifácio” (1919-1924)*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, 1994.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *Extensão pesqueira como disciplina recente na universidade brasileira*. III Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca, Manaus, 1983. Anais.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *Movimentos sociais de pescadores em Pernambuco (1920-1982)*. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria, RS - Curso de Mestrado em Extensão Rural, 1986.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes; BRAGA, Brenda. Estratégias de comunicação para o desenvolvimento local: uma experiência governamental em Pernambuco, Brasil. *Revista UNIRCOOP*, vol. 3, nº 1, 2005, Université de Sherbrooke, Sherbrooke, Canadá, p. 177-191.

⁷⁶ FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 4ª edição, 1979, p. 56.

- CANUTO, João Carlos. *Capital, tecnologia na agricultura e o discurso da EMBRATER*. Dissertação de mestrado apresentada no Curso de Mestrado em Extensão Rural da UFSM, RS, 1984.
- CIMADEVILLA, Gustavo (org.). *Comunicación, tecnología e desarrollo*. La Plata, Argentina, 2004.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *Pescadores sitiantes e trabalhadores do mar*. São Paulo, 1979. 314 p. Tese de doutoramento - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- FIGUEIREDO, Romeu Padilha de. *Extensão rural, extensão do capitalismo? Análise do sistema ABCAR/EMATER (1948-1979)*. Esboço de Projeto de Tese, s.d.
- FIGUEIREDO, Romeu Padilha. *A Extensão rural no Brasil*. I Simpósio Brasileiro de Extensão Rural, Santa Maria, 1981. Palestra (mimeo.).
- FONSECA, Maria Teresa Lousa da. *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. São Paulo : Loyola, 1985.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 4ª edição, 1979.
- GABRIEL, Luiz et alii. *A extensão rural no Brasil*. Rio de Janeiro : ABCAR, 1970. (mimeo.).
- GUSTAFSON, Daniel. Modelo de extensão nos Estados Unidos. Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma nova extensão rural para a agricultura familiar. *Anais*. Brasília : PNUD, 1997.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro : Record, 2005.
- KIKLISBERG, Bernardo. *Falácia e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo : Cortez, 2ª edição, 2003.
- KUJAWKI, Gilberto de Mello. *A crise do século XX*. São Paulo : Ática, 1998. Panorama da *belle époque*, p. 7-15.
- MARTINS, José de Souza Marins. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo : Hucitec, 1980.
- MATTELART, Armand et alii. *Los médios de comunicación de massas: la ideologia de la prensa liberal*. Buenos Aires : Schapire Editor, 3ª edição, 1976.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar. *Política nacional de assistência técnica e extensão rural*. Versão final, Brasília, maio de 2004.
- NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.
- NUNES, Laércio Nunes. *Discussão sobre difusão e adoção de inovações na agricultura*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília. Brasília, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, *Polis*, FGV, 2001.
- PINTO, João Bosco. Extensión o educación: una disyuntiva critica. *Desarrollo Rural en Las Américas*, vol. 1, nº 3, 1973, p. 165-186.
- PROAÑO, Luis Eladio. *Planificación y comunicación*. Colección Documentos, Quito, 1980.



- SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização, In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo : Cortez, 2ª edição, 2002, p. 25-102.
- SANTOS, Maria Salett Tauk (orga.). *Políticas de comunicação rural nos anos 90*. Recife : UFRPE, Imprensa Universitária, 1997. (Pesquisa Acadêmica, 4).
- SANTOS, Maria Salett Tauk; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Desafios da comunicação rural em tempo de desenvolvimento local. *Revista Signo*, ano II, n. 3, set., 1995.
- SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.
- SILVEIRA, MIGUEL Ângelo da; CANUTO, João Carlos (orgs.). *Estudos de comunicação rural*. São Paulo : Loyola, 1988.
- THORNTON, Ricardo; CIMADEVILLA, Gustavo (orgs.) *La extensión rural em debate: concepciones, retrospectivas, cambios y estrategia para el mercosur*. Buenos Aires : INTA, 2003.
- TIMMER, Willy Johanan. *Planejamento do trabalho em extensão agrícola; bases e diretrizes da agronomia social aplicada com referência especial ao Brasil e outros países da América Latina*. Rio de Janeiro : Ministério da Agricultura, 1954.
- VIEIRA, Luiz de Góes. Extensão Rural. *Cadernos de Extensão Rural*, nº 1, Recife, Imprensa da UFRPE, 1988.
- WEBER, Eugen. *França fin-de-siècle*. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.
- WHITING, Gordon; GUIMARÃES, Lytton (orgs.). *Comunicação das novas idéias: pesquisas aplicáveis ao Brasil*. Rio de Janeiro : Edições Financeiras, 1969.



IV CONGRESSO DA SOBER
“Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”